

# PERIFERIAS E ESPAÇOS RURAIS

Comunicações do  
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCÍPIA

# Periferias e Espaços Rurais

## Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais

PRINCIPIA

principia@principia.pt · www.principia.pt

Principia Editora, Lda.

Av. Marques Leal, 21 · 2765-495 S. João do Estoril · Portugal  
Tel.: +351 214 678 710 · Fax: +351 214 678 719  
principia@principia.pt · www.principia.pt

  
PRINCIPIA  
EDITORA

<b>Título</b> <i>Periferias e Espaços Rurais</i> <i>– Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais</i>	<b>Código Cliente</b> 
<b>Autores</b> Vários	<b>Factura N.º</b> 
<b>Editora</b> PRINCIPIA	<b>Data</b> /   /
<b>ISBN</b> 978-972-8818-99-9	<b>Preço</b> €            ,
	<input type="checkbox"/> FIRME <input type="checkbox"/> SN <input type="checkbox"/> CONSIGNAÇÃO

**Título**

*Periferias e Espaços Rurais*

– *Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*

**Coordenadores**

Tomaz Dentinho

Orlando Rodrigues

**Edição e copyright**

Princípia, Estoril

1.<sup>a</sup> edição – Outubro de 2007

© Princípia Editora, Lda.

**Design da capa** Maia Moura Design • **Execução gráfica** Tipografia Peres

**ISBN** 978-972-8818-99-9 • **Depósito legal** 262486/07

---

**Princípia**

Av. Marques Leal, 21 – 2765-495 S. João do Estoril • Portugal

Tel.: +351 214 678 710 • Fax: +351 214 678 719 • [principia@principia.pt](mailto:principia@principia.pt) • [www.principia.pt](http://www.principia.pt)

Tomaz Dentinho  
Orlando Rodrigues

# Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao  
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCIPIA

# Introdução

Orlando Rodrigues

Um Congresso de Estudos Rurais constitui uma oportunidade maior para reequacionar a relevância do rural enquanto objecto de estudo e elemento unificador de análises convergindo de diversos campos disciplinares. Porém, mais do que insistir nos elementos distintivos do rural por oposição ao urbano, este congresso – o segundo, que dá corpo a esta publicação – orientou o debate a questão da marginalidade territorial, ou, de outro modo, a diferenciação de territórios ao longo de uma escala que, simplificada, se estende do central ao periférico ou, conforme uma distinção conceptual que adiante se esclarece, do central ao marginal, ou do central ao insular. O tema federador é, portanto, a reflexão sobre os problemas específicos das regiões periféricas e os mecanismos institucionais, económicos e sociais que, em interacção com as particularidades geográficas e naturais, são responsáveis pela produção e a reprodução de desigualdades espaciais.

Este debate é oportuno por surgir num tempo em que dois universos de políticas e de análise económica e social se afirmam e se estruturam conceptualmente: por um lado, o da produtividade/competitividade e, por outro, o da coesão. Qual instituto jurídico, como corolário de um longo processo de construção de políticas europeias, considera-se que há espaços (regiões, sectores, estratos sociais) que, quase por natureza, são competitivos no mercado e, em oposição, outros que são incapazes de acompanhar o ritmo dos ganhos de produtividade e se esvaecem económica e socialmente. Para estes últimos reservam-se as políticas de coesão. Porém, mais do que procurar construir políticas redistributivas para contrariar a tendência concentradora do mercado, considera-se que são necessárias políticas de promoção da competitividade, que acrescentem «um pouco» mais de vantagens comparativas nos mercados mundiais. Operado pelo mercado e acentuado pelas políticas, processa-se, assim, um movimento contínuo de selecção de empresas, de sectores, de regiões competitivas, mas, igualmente, a meteorização e a erosão de outros.

Podemos assim falar de um processo de perda acelerada de *ecodiversidade* e de *sociodiversidade*. Esta perda de diversidade económica e social ganha sentido, sobretudo, quando se introduz a dimensão espacial na análise. De facto, podemos considerar a variabilidade de actividades económicas ao nível local (alfa diversidade), mas igualmente a complementaridade socioeconómica entre sucessivos espaços locais (beta diversidade) e a variabilidade entre espaços regionais (gama diversidade). Para além de factor de redução do risco face a situações de crise, a *ecodiversidade* é igualmente um importante elemento gerador de relações de cooperação e, simultaneamente, de competição. É, portanto, um factor indutor de inovação e de crescimento.

Esta aparente evidência opõe-se, muito claramente, ao discurso dominante que analisa e planeia a competitividade das economias em função da selecção de *clusters* ou sectores estratégicos, associando-lhe o argumento de que, sendo os recursos escassos, importa concentrá-los na promoção desses sectores. Mais de meio século de políticas agrícolas centradas no paradigma da selecção política da competitividade deveria permitir fazer um balanço, extrapolável para o conjunto da economia, sobre a sustentabilidade destas políticas a médio e a longo prazo. A promoção da competitividade económica por via da selecção e da concentração de investimento público nalguns sectores é sustentável num horizonte mais alargado? Essas políticas não são inibidoras da capacidade de inovação e de resistência das economias face a crises? Sendo políticas que, frequentemente, têm implícita uma atribuição de direitos de propriedade e, por essa via, geram um efeito de concentração de riqueza, os custos sociais que lhes estão associados superam os benefícios globais?

O II Congresso de Estudos Rurais e a publicação que em resultado desse evento agora surge procuram respostas para algumas destas inquietações. Numa primeira parte, mais centrada nas questões agrícolas, evidenciam-se sinais de resistência ou de reemergência de actividades e sectores marginais ou periféricos que podem encerrar um elevado potencial de geração de riqueza e de competitividade pela diferenciação.

Na segunda parte, o debate foca-se nos problemas da sustentabilidade ambiental e do próprio ambiente enquanto gerador de riqueza e de produções transaccionáveis no mercado – as amenidades ambientais. O ajustamento das políticas de promoção do ambiente dirigidas a regiões periféricas, em boa parte catalogáveis enquanto políticas de coesão, é largamente discutido ao longo desta secção.

Por fim, a terceira parte centra-se no aspecto social do rural periférico: múltiplas dimensões são aqui esclarecidas, em particular as dinâmicas das redes sociais e os problemas relacionados com a educação, com os idosos e com os fenómenos migratórios.

## Tema 1

# Periferias e Reestruturação Agrícola

Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues

Perifericidade, insularidade, centralidade e marginalidade são as quatro situações possíveis que surgem quando se combina, por região, indicadores de acessibilidade e de escala ou, numa perspectiva mais económica, indicadores de consumo com indicadores de produtividade. Será insular, ou remota, a região que tem baixo consumo/acessibilidade e baixa produtividade/escala; e será central a região que tem consumo/acessibilidade e produtividade/escala elevados. No entanto, devido a fenómenos de transferências públicas e privadas ou a falhas de mercado ao longo das cadeias de valor exportadoras, podem surgir situações de marginalidade, quando o consumo/acessibilidade é alto mas a produtividade/escala é baixa, ou de perifericidade, se a produtividade/escala é elevada e o consumo/acessibilidade é baixo.

As regiões vocacionadas para a agricultura encontram-se muitas vezes na situação de perifericidade, pois têm produções agrícolas com elevada produtividade e capazes de competir nos mercados externos à sua região mas, devido às falhas de mercado ao longo das cadeias de valor, muito do valor criado a nível regional acaba por gerar rendimento fora da região. Por outro lado, são estas mesmas regiões periféricas que sofrem de forma mais notória os impactos das alterações nos mercados de produtos e de factores, nas tecnologias de produtos e de processos e nas instituições e relações que se verificam a jusante das cadeias de valor.

Faz então todo o sentido reflectir sobre a perifericidade e a reestruturação agrícola, pois a condição periférica implica necessariamente a constante reestruturação das cadeias de valor ligadas à agricultura, não só pela tentativa de se captar o valor acrescentado que é drenado para jusante dessas cadeias de valor, mas também pela necessidade de adaptação às alterações económicas, tecnológicas e institucionais provenientes do exterior.

Ao longo dos seis textos que compõem esta primeira parte do livro de comunicações seleccionadas do II Congresso de Estudos Rurais é patente a simbiose entre a situação periférica e a constatação, ou procura, de reestruturação agrícola. No texto de Luís Tibério e Artur Cristóvão (capítulo 1) explicitam-se os produtos com denominação de origem protegida de Trás-os-Montes como potencialidade de reestruturação agrícola e alavanca de desenvolvimento regional. No capítulo 2, Anabela Dinis procura nas empresas agro-alimentares do distrito de Castelo Branco as redes informais capazes de sustentar processos de inovação e desenvolvimento enraizados em produtos agrícolas. O artigo de Isabel Silva e António Fragata sobre os sistemas de agricultura de Arcos de Valdevez indica que a disponibilidade e a flexibilidade das terras comuns e as populações residentes são garantes da resiliência da bovinicultura naquela região (capítulo 3) e o mesmo é reportado no que se refere aos lameiros nas zonas de montanha de Trás-os-Montes, como nos é contado no trabalho de José Vieira, Adelaide Fernandes, Adelino Bernardo, Vitório Martins e Nuno Moreira, no capítulo 4. O estudo de mercado sobre o azeite de Trás-os-Montes (capítulo 5) apresentado por Jorge Rocha, Fernando Pereira e Luísa Carqueja parece completar a análise das cadeias de valor agrícolas enraizadas nas periferias. No entanto, a análise sobre os projectos de investigação agrária dos segundo e terceiro quadros comunitários de apoio para Portugal, exposta no capítulo 6 por Pedro Silva Reis e Manuela Berjano, tem a vantagem única de, sobre o tema da periféricidade e da reestruturação agrícola, colocar o sujeito de estudo no lugar de objecto de análise.

Vale a pena reflectir um pouco mais sobre estes seis textos à luz do tema periféricidade e reestruturação agrícola, sobretudo para se procurar as complementaridades entre as várias abordagens e se identificar algumas questões que valha a pena aprofundar, não só para promoção do debate científico, mas também para estímulo do desenvolvimento das regiões periféricas e, resilientemente, agrícolas de Portugal.

Começa-se pelos recursos endógenos mais enraizados – como os baldios e os lameiros –, passa-se de seguida às gentes e aos empresários, continua-se nos produtos e na sua aceitação pelo mercado, e termina-se com a investigação realizada sobre tudo isso.

## **Baldios e lameiros**

Pelos textos apresentados, são os baldios de Arcos de Valdevez e os lameiros das zonas de montanha de Trás-os-Montes que facilitam o desenvolvimento da bovini-

cultura e compensam parcialmente a perda de competitividade e o abandono das actividades agrícolas. De facto, como dizem António Fragata e Isabel Silva no capítulo 3, a actividade pecuária aumentou na zona de montanha devido às facilidades que o baldio proporciona, isto apesar de ter havido um forte abandono do programa de apoio às raças autóctones cujas causas, identificadas por inquérito, se prendem com a vontade de trabalhar noutra actividade, para os mais novos, ou com a incapacidade de assumir um compromisso por mais de cinco anos sem vender o gado, para os mais velhos. Face a esta nova pressão nos baldios, parece aconselhável a introdução de boas práticas de gestão nos terrenos baldios, pois pode verificar-se a tragédia dos comuns com a alteração das regras de concorrência dos mercados agrícolas (SHORT, 2000). Tal como com os baldios, também os lameiros têm um papel fundamental na resiliência do espaço rural, conforme reportam José Vieira, Adelaide Fernandes, Adelino Bernardo, Vitório Martins e Nuno Moreira no capítulo 4. De acordo com estes autores, os sistemas agropecuários de montanha revelam ter uma grande sustentabilidade em termos técnicos e económicos devido à grande flexibilidade demonstrada face a estímulos e condicionantes externas como as que estão associadas a alterações da Política Agrícola Comum ou ao aparecimento de doenças como a BSE (BUNCE, 2002).

### **Gentes e empresários**

Conforme vem expresso no capítulo 4, o principal risco para a sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária em Trás-os-Montes está associado a dificuldades de sucessão das explorações. Curiosamente, o facto de a sustentabilidade dos sistemas agrícolas depender de factores demográficos, e não técnicos ou económicos, é suportado por estudos realizados em locais tão remotos como a China (KOMATSUA *et al.*, 2005) ou um pouco mais perto, nos Pirenéus, onde um factor adicional que influencia a sustentabilidade dos sistemas agrícolas é a acessibilidade das parcelas (MOTTETA, 2006).

O mesmo acontece em Arcos de Valdevez, como se explica no capítulo 3, reforçando a ideia de que o problema do espaço rural é demográfico mas não económico ou técnico. Um dos aspectos mais interessantes deste trabalho é o relacionamento que é possível estabelecer entre a demografia, a produção de carne, a política agrícola comum e a gestão das terras comuns. De certa forma, a Política Agrícola Comum terá estimulado a participação, mesmo que virtual, das mulheres na agricultura e promovido uma maior ocupação das terras comuns com gado.

No entanto, como se disse, a calibração das ajudas não foi ajustada à defesa das raças autóctones. De notar que Clive POTTER e Philip GOODWIN (1998) já tinham indicado a ideia de que é mais fácil que a reforma da política agrícola comum promova o ambiente pela liberalização e a consequente extensificação das explorações, do que pela difícil calibração das ajudas para promover aspectos particulares do meio ambiente.

Os fenómenos analisados no capítulo 3 contêm ainda dados interessantes sobre o estudo dos mecanismos de integração social em torno da multifuncionalidade da terra, também analisados por ANSEEUW e LAURENTA (2007) no processo de integração racial na África do Sul, ao mesmo tempo que levanta dúvidas, ou uma perspectiva mais dinâmica, sobre a sustentabilidade dos tipos de paisagem identificados por CANCELA DE ABREU *et al.* (2004).

Quanto aos empresários, o único texto que os refere explicitamente nesta primeira parte é o de Anabela Dinis (capítulo 2), que propõe um diagnóstico do sector agro-alimentar no distrito de Castelo Branco, com base em entrevistas semi-estruturadas a 14 empresas seleccionadas pela sua relevância para aquela região: cinco empresas de transformação de carnes, três de processamento de leite, duas relacionadas com azeite, e mais três que trabalham, respectivamente, medronho, mel e ovos. A perspectiva que a autora assume na elaboração da análise é a de que o empresário, e a rede onde ele se insere, são factores fundamentais para o bom desempenho das empresas agro-alimentares e, necessariamente, para o desenvolvimento das regiões onde elas se enquadram. A questão está assim focada na estratégia empresarial não só face aos produtos que as empresas adquirem, produzem e vendem, mas também face às redes locais, nacionais e internacionais que contextualizam essas empresas. Os produtos em que se baseiam são, invariavelmente, produtos endógenos. As redes onde se integram implicam sistemas organizacionais que não se limitam ao conjunto de pessoas que trabalham na empresa, mas incluem outras entidades ao longo das cadeias de valor, e também de suporte dessas cadeias de valor, como associações, autarquias, organismos de I&D ou consultores. De acordo com Anabela Dinis, os problemas identificados têm a ver com os circuitos de comercialização e com o relacionamento com as entidades reguladoras.

Desde há muito que se procura estabelecer conexões entre a abordagem da competitividade das cadeias de valor territorialmente enraizadas, de certa forma proposta por Michel PORTER (1990), e os ambientes locais inovadores analisados por Roberto CAMAGNI (1991), entre muitos outros. As histórias descritas por Anabela Dinis permitem ter uma luz desta interligação que, na perspectiva em que se

coloca, aparece centrada no empresário e no seu enraizamento local. De acordo com alguma literatura (DENTINHO, 1995; GORTONA *et al.*, 2006), os problemas identificados na comercialização e na interligação com as entidades reguladoras podem ter a ver com imperfeições dos mercados e dos circuitos de informação, ou ainda com potencialidades não utilizadas associadas à qualificação dos produtos e dos processos (TREGEARA, 2007). O trabalho de Anabela Dinis confirma aquilo que nos é dito por Jonathan MURDOCH (2002), segundo o qual existem dois tipos de redes nos espaços rurais: as redes verticais que ligam o espaço rural às cadeias de valor de produtos agro-alimentares, e as redes horizontais que ligam os espaços rurais aos processos não agrícolas de desenvolvimento económico, sendo que a competitividade das cadeias de valor e os efeitos no desenvolvimento regional dependem do funcionamento destes dois tipos de rede.

## **Produtos e mercado**

O trabalho de Luís Tibério e Artur Cristóvão sobre os produtos agro-alimentares tradicionais em Trás-os Montes analisa as percepções e atitudes dos diferentes actores que operam ao longo das cadeias de valor dos produtos com designação de origem protegida DOP/IGP de Trás-os-Montes, a partir de uma perspectiva da economia das convenções. A abordagem da economia das convenções assume que as transacções não resultam apenas dos preços, mas são também o resultado de convenções em que participam produtores e consumidores ou, dito de outro modo, de regularidades no comportamento dos membros de uma população quando colocados perante situações recorrentes. O trabalho envolve a entrevista a 400 empresas e classifica os modelos de transacção ao longo das cadeias de valor dos produtos DOP/IGP de Trás-os-Montes de acordo com o esquema de classificação CQFD (C – características do produto; Q – qualidade; F – factores de produção e D – identificação do produto). O texto conclui que os mecanismos do mercado concorrencial não são suficientes para explicar o funcionamento do mercado dos produtos DOP/IGP de Trás-os-Montes.

De acordo com MUTERSBAUGH *et al.* (2005), existem várias abordagens teóricas para analisar o crescente processo de certificação de produtos: a abordagem das cadeias de valor e a teoria das convenções, também seguidas por Luís Tibério e Artur Cristóvão, e a análise de instituições ou o estudo dos processos de trabalho, todas elas tentando perceber como é que os processos de certifica-

ção de produtos são moldados pelos arranjos sociais, políticos e económicos onde estão integrados. Nestas perspectivas, os processos de certificação correspondem a arranjos criados em torno do interesse por determinados nichos de mercado. De acordo com os mesmos autores, uma abordagem diferente assume o processo de certificação como um exercício de poder por parte dos Estados e de empresas multinacionais. Nesta segunda óptica, as questões prendem-se com quem define as regras de jogo, levando muitas vezes a interesses contraditórios entre a normalização de produtos e processos que promovem a comodificação dos bens e, por outro lado, as preocupações com a conservação da natureza e a segurança alimentar.

O texto de Jorge Rocha, Fernando Pereira e Luísa Carqueja sobre os hábitos de consumo e conhecimento dos consumidores sobre o azeite é, fundamentalmente, um estudo de mercado do azeite baseado em 200 inquéritos realizados em Lisboa e no Porto, na rua ou em grandes superfícies comerciais. As perguntas realizadas referem-se ao uso das diferentes gorduras nos vários produtos culinários, aos critérios utilizados na escolha do azeite, às preferências dos consumidores face aos seus vários atributos, às preferências relativas à informação contida no rótulo, aos locais de compra, às marcas de azeite escolhidas, à sensibilidade dos consumidores face a este produto, ao grau de conhecimento sobre os seus diversos tipos e, finalmente, ao azeite de Trás-os-Montes. Parece claro o grande peso da publicidade na imagem que os consumidores têm do azeite.

Combinando os dois textos, verificamos que as certificações em torno dos produtos mais comerciais tendem a tornar esses produtos em *commodities* com reduzida retenção de valor ao nível da produção mas com maior venda junto dos consumidores. Por outro lado, os produtos com denominação de origem, nas suas diferentes e multifacetadas formas, criam um sistema que os indicadores dos preços não explicam cabalmente.

Tendo por objectivo a promoção do desenvolvimento regional, várias questões são pertinentes face à certificação dos produtos: qual a distribuição das rendas ao longo das cadeias de valor criadas pela certificação de produtos? Qual o papel das agências certificadoras externas? Que processos são estimulados pela certificação – a globalização das cadeias de valor ou o seu confinamento geográfico? Será que a certificação transforma os mercados, como indicam Luís Tibério e Artur Cristóvão, ou acaba por ser integrada nesses mesmos mercados? Qual a ligação entre os processos de certificação e o crescimento da regulação? Com a certificação dos produtos, onde é que são criados pontos de valor nas cadeias de produção, transformação e distribuição de produtos?

inovadores. Face ao exposto, podemos intuir que as zonas perto dos grandes centros, junto a regiões com maior crescimento do produto não agrícola, com explorações de maiores dimensões ou com maior nível educacional serão aquelas que, com maior facilidade, adoptarão as inovações produzidas.

Mas, se assim é, o que acontecerá às regiões mais periféricas, exactamente aquelas que são analisadas pelos autores desta primeira parte: Arcos de Valedevez, Castelo Branco e as zonas de montanha de Trás-os-Montes? Como aprendemos nestes textos, os factores de resiliência e de base de desenvolvimento são as gentes, as empresas, as instituições e as tecnologias locais. As pessoas que vivem das reformas e da produção de gado, as empresas que se ligam em redes horizontais e verticais, as instituições como o regime de baldios e as regulações de propriedade, e as tecnologias como as dos lameiros e dos produtos com denominação de origem.

### Referências bibliográficas

- ANSEEUW, Ward e LAURENTA, Catherine (2007), «Occupational Paths Towards Commercial Agriculture: The Key Roles of Farm Pluriactivity and the Commons», in *Journal of Arid Environments*, vol. 70, Issue 4, Setembro de 2007, pp. 659-671.
- BUNCE, Michael (2002), «Agriculture and Environmental Sustainability in the Countryside», in *Land Use Policy*, vol. 19, Issue 2, Abril de 2002, p. 190.
- CAMAGNI, Roberto, BOECKHOUT, Sjaak e POMPILI, Tomaso (1991), «Interregional Disparities in the European Community: Structure and Performance of Objective One Regions in the 1980's», Nova Orleães, 6 a 9 de Novembro (comunicação apresentada na North American Regional Science Conference).
- CANCELA D'ABREU, Alexandre, PINTO CORREIA, Teresa e OLIVEIRA, Rosário (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Lisboa, DGOTDU.
- DENTINHO, Tomaz (1995), *Information and Communication Technologies and Regional Development. The Case of the Azores Dairy Value Chain*, Universidade de Newcastle upon Tyne (tese de PhD).
- FAN, S., PARDY, P. G. (1992), *Agricultural Research in China: its Institutional Development and Impact*, Haia, Holanda, International Service for Agricultural Research, 96 pp.
- GORTONA, Matthew, DUMITRASHKOB, Mikhail e WHITEC, John (2006), *Overcoming Supply Chain Failure in the Agri-Food Sector: A Case Study from Moldova*. *Food Policy*, vol. 31, Issue 1, Fevereiro de 2006, pp. 90-103.
- GUELLEC, D. e POTTERIE, B. P. (2001), *R&D and Productivity Growth: Panel Data Analysis of 16 OECD Countries*. OCDE Directorate for Science, Technology and Industry (STI), Junho (documentos de trabalho 2001/3).

- JAVIER, E. Q. (1997), *Widening Circles of Research Collaboration for Greater Food Security. The Globalization of Science – The Place of Agricultural Research*, ISNAR, Setembro de 1997.
- KING, A. D. (2004), «The Scientific Impact of Nations», in *Nature*, vol. 430, Julho.
- KOMATSUA, Y., TSUNEKAWAB, A. e JUC, H. (2005), «Evaluation of Agricultural Sustainability Based on Human Carrying Capacity in Drylands – a Case Study in Rural Villages», in *Inner Mongolia, China Agriculture, Ecosystems & Environment*, vol. 108, Issue 1, 5 de Junho de 2005, pp. 29-43.
- MARENYYA, Paswel P. e BARRETT, Christopher B. (2007), *Food Policy: Household-Level Determinants of Adoption of Improved Natural Resources Management Practices Among Smallholder Farmers in Western Kenya*, vol. 32, Issue 4, Agosto de 2007, pp. 515-536.
- MOLDÃO-MARTINS, Margarida, BEIRÃO-DA-COSTA, Sara, NEVES, Cátia, CAVALEIRO, Carlos, SALGUEIRO, Lígia e BEIRÃO-DA-COSTA, Maria Luísa (2004), *Olive Oil Flavoured by the Essential Oils of Mentha Piperita and Thymus Mastichina L. Food Quality and Preference*, vol. 15, Issue 5, Julho de 2004, pp. 447-452.
- MOREIRA, N. T. (1998), *Perfil da Investigação Científica em Portugal: Ciências Agrárias e Veterinárias*, OCT, 1999.
- MOTTETA, Anne, LADETA, Sylvie, COQUÉB, Nathalie e GIBONA, Annick (2006), *Agricultural Land-Use Change and its Drivers in Mountain Landscapes: A Case Study in the Pyrenees. Agriculture, Ecosystems & Environment*, vol. 114, Issues 2-4, Junho de 2006, pp. 296-310.
- MUKHERJEE, Anit N. e KURODAB, Yoshimi (2002), «Convergence in Rural Development: Evidence from India», in *Journal of Asian Economics*, vol. 13, Issue 3, Maio-Junho de 2002, pp. 385-398.
- MURDOCH, Jonathan (2000), «Networks – a New Paradigm of Rural Development?», in *Journal of Rural Studies*, vol. 16, Issue 4, Outubro de 2000, pp. 407-419.
- MUTERSBAUGH, Tad, KLOOSTER, Daniel, RENARD, Marie-Christine e TAYLOR, Peter (2005), «Certifying Rural Spaces: Quality-Certified Products and Rural Governance», in *Journal of Rural Studies*, vol. 21, Issue 4, Outubro 2005, pp. 381-388.
- PORTER, Michel (1990), *The Competitive Advantage of Nations*, Londres, Macmillan Press Ltd.
- POTTER, Clive e GOODWIN, Philip (1998), «Agricultural Liberalization in the European Union: an Analysis of the Implications for Nature Conservation», in *Journal of Rural Studies*, vol. 14, Issue 3, Julho de 1998, pp. 287-298.
- SCOTT, A., STEYN, G., GEUNA, A., BRUSONI, S. e STEINMUELLER, E. (2001), *The Economic Returns to Basic Research and the Benefits of University-Industry Relationships. A Literature Review and Update Findings. Report for the Office of Science and Technology by SPRU*, Brighton, SPRU, Universidade de Sussex.
- SHORT, Christopher (2000), *Common Land and ELMS: a Need for Policy Innovation in England and Wales Land Use Policy*, vol. 17, Issue 2, Abril de 2000, pp. 121-133.
- SISKOS, Y., MATSATSINISA, N. F. e BAOURAKISB, G. (2001), «Multicriteria Analysis in Agricultural Marketing: the Case of French Olive Oil Market», in *European Journal of Operational Research*, vol. 130, Issue 2, 16 de Abril de 2001, pp. 315-331.

SPAAPEN, J., WAMELINK, F. (1999), *The Evaluation of University Research. A Method for the Incorporation of the Societal Value of Research*, NRLO – report no. 99/12, Haia, Junho de 1999.

TREGEARA, Angela, ARFINIB, Filippo, BELLETTIC, Giovanni e MARESCOTTIC, Andrea (2007), «Regional Foods and Rural Development: The Role of Product Qualification», in *Journal of Rural Studies*, vol. 23, Issue 1, Janeiro de 2007, pp. 12-22.

## Tema 2

# Amenidades Ambientais e Desenvolvimento Rural

Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues

As relações entre desenvolvimento e ambiente são normalmente analisadas de pontos de vista opostos. Os pessimistas (MEADOWS *et al.*, 1992) assumem que o produto económico e a população crescem exponencialmente exercendo uma pressão crescente sobre o ambiente e sobre os recursos naturais, o que irá provocar, segundo os autores, o colapso do próprio sistema económico criando situações graves de desemprego, decréscimo abrupto da produção alimentar e redução acentuada da população. Os optimistas (SIMON, 1981) argumentam que, historicamente, os seres humanos sempre foram capazes de ultrapassar os problemas de escassez dos recursos naturais e das externalidades negativas provocadas pela criação de resíduos.

De qualquer forma, este pressuposto optimista de que os homens resolvem e resolverão os problemas criados pelo desenvolvimento sobre o meio-ambiente depende da capacidade económica e institucional para enfrentar não só os problemas de escassez dos recursos naturais, mas sobretudo os problemas ligados à incerteza: incerteza acerca dos impactos das acções do homem no meio ambiente e incerteza sobre as reacções dos homens face aos problemas ambientais (PINDYCK, 2007).

Os textos desta segunda parte sobre amenidades ambientais e desenvolvimento rural têm a ver fundamentalmente com estas incertezas. Incertezas resultantes da reacção das pessoas e das instituições na proximidade dos recursos que são explorados. Incertezas também sobre os efeitos das políticas que são implementadas. Incertezas que, ao fim e ao cabo, são provenientes de fora do sistema de proximidades onde se sentem as amenidades do ambiente e onde se beneficia do desenvolvimento rural.

De notar que as reacções das pessoas e das instituições na proximidade nem sempre foram tão boas como pressupõe a visão optimista sobre a relação entre desenvolvimento e ambiente. Na verdade, ao contrário do que vem apresentado nas curvas invertidas de Kuznets, sobre a evolução no tempo dos indicadores de água potável, saneamento e poluição atmosférica urbana (TIETENBERG, 2003, p. 9), existem também dados dramáticos acerca da sobreutilização dos bens globais de livre acesso como os recursos marinhos ou a capacidade de controlo climático da atmosfera. Como nos reporta Jaret DIAMOND (2005), a história é rica em colapsos civilizacionais motivados por falta de capacidade dos homens para adaptarem as suas instituições à escassez de recursos naturais e ambientais. E se tentarmos olhar para casos menos espectaculares, como o colapso da ilha da Páscoa ou a degradação da civilização maia, perceberemos que, à pequena escala dos mundos rurais, e motivados por mudanças ambientais provocadas pelo homem, também há «colapso do sistema económico, criação de situações graves de desemprego, decréscimo abrupto da produção alimentar e redução acentuada da população».

É o que se passa quando a especialização produtiva de uma região deixa de ser competitiva, tornando redundantes os espaços adaptados que foram sendo criados. A questão é saber se existe capacidade humana e institucional para reaproveitar esses espaços e reabilitar o sistema económico dessas regiões. É também o que ocorre em zonas que estão em processo de desertificação dos solos pela acção dos homens. Será que as comunidades locais têm capacidade para se auto-regularem e inverterem a tendência desertificadora? É o que parece acontecer quando políticas externas à região impõem medidas mais ou menos desajustadas dos problemas locais. Será que as entidades externas e internas têm possibilidade de definir objectivos e políticas comuns? Concretamente no que se refere à política de criação de áreas protegidas, a questão que importa levantar é se fazem sentido as políticas de conservação da natureza baseadas na criação destas áreas, quando são implementadas ao revés das atitudes e percepções das populações dessas áreas. Para além do mais, trabalhos recentes vêm demonstrar que não existem diferenças estatisticamente significativas entre a conservação da natureza dentro e fora de áreas florestais protegidas (HAYES, 2006).

### **Conflitos nas áreas protegidas**

Os textos apresentados dão algum esclarecimento sobre estas perguntas. Os dois primeiros reportam e analisam os conflitos registados no Parque Natural da

Peneda-Gerês entre, por um lado, as instituições públicas que protegem os recursos naturais e, por outro lado, as populações que vivem directamente desses mesmos recursos.

O artigo de Elisabete Figueiredo (Capítulo 7) constata que existe um conflito latente entre as posições conservacionistas do Estado e as vivências dos residentes das áreas protegidas. Nas áreas protegidas do litoral, os conflitos são entre as medidas de conservação e as pressões turísticas e urbanísticas. Nas áreas protegidas mais remotas, os problemas estão associados aos incêndios, à caça furtiva, à degradação e à alteração arquitectónica, bem como à desertificação humana. Curiosamente, os resultados do inquérito realizado indicam que os responsáveis pelas áreas protegidas consideram que a sua implementação deu um contributo importante em termos de desenvolvimento social e económico. No entanto, a maioria da população que reside em espaços protegidos encara os benefícios deste facto de forma muito desigual. Finalmente, os turistas utilizam estas áreas mais pelos seus aspectos naturais do que pelas suas características rurais. O trabalho de Laura Larcher Graça e Sara C. M. Simões (Capítulo 8) sobre a florestação do Parque Nacional de Peneda-Gerês conclui o seguinte: primeiro, que a população não associa o parque ao território onde vive e não se identifica com os investimentos feitos pelo Estado; segundo, que existe uma grande dependência do baldio, sobre o qual estão a aumentar os usos não tradicionais.

De notar que este tipo de conflitos existe em muitas outras áreas onde as florestações implementadas pelos responsáveis dos parques são feitas em terras baldias utilizadas pela população local para o pastoreio (PFEFFER, 2005; FEARNSIDE, 2003). Conflitos esses que podem ser substanciais, na forma de proceder, ou meramente pessoais (NIEMELÄ *et al.*, 2005). No entanto, os conflitos podem ser resolvidos (KOSOY *et al.*, 2007) pelo pagamento dos custos de oportunidade da conservação da natureza, embora isso possa induzir alterações nas percepções sociais sobre os direitos de propriedade. Ou, melhor ainda, são naturalmente resolvidos pela constatação de que os maneios aplicados aos locais pelos gestores privados do território são também os que melhor defendem a conservação da natureza, como acontece com grande parte da floresta mediterrânica humanizada (ARRIAZA *et al.*, 2004).

### **Percepções ambientais**

Os três textos seguintes redimem de alguma forma a visão pessimista e de conflito dos dois textos anteriores. De facto, têm a ver com as percepções e atitudes

das pessoas face ao meio ambiente e não estão ligados à capacidade de intervenção e explicitação de objectivos e valores dos agentes.

Rosalina Gabriel e Emiliania Silva (Capítulo 9) apresentam algumas metodologias utilizadas para estimar as atitudes da população face ao ambiente, nomeadamente as que se referem ao novo paradigma ambiental (NPA). Os resultados do inquérito mostram que a maioria da população inquirida se insere dentro dos valores do NPA, sobretudo os mais jovens e com maior nível de escolaridade. Neste estudo conclui-se ainda que a adopção, ou não, de práticas agrícolas protectoras do ambiente depende das influências sociais, mas também do seu acesso à informação.

No Capítulo 10, Gonçalo José Poeta Fernandes justifica a evolução dos conceitos sobre os espaços de montanha, inicialmente percebidos como áreas de grandes imposições físicas e de fortes condicionalismos ao desenvolvimento de actividades económicas, especialmente as montanhas mediterrânicas. Na actualidade, segundo aquele autor, assiste-se a uma revalorização dos espaços de montanha, cujas fragilidade e especificidade implicam a existência de intervenções no sentido do seu ordenamento, por forma a manter velhos e novos usos e funções.

Finalmente, o artigo de Júlia Carolino, no Capítulo 11, reporta uma pesquisa etnográfica realizada na aldeia alentejana e conclui que, apesar de as formas de representar o território se apoiarem normalmente em realidades perenes, como é o caso da orografia e da toponímia antiga, o sentido dos conceitos está associado a dimensões menos perenes, tais como as actividades humanas em relação com o território.

Dito de outra forma, as percepções das pessoas adaptam-se à realidade ambiental, tecnológica, económica e institucional que têm de enfrentar. Mesmo quando há perspectivas religiosas sobre as atitudes perante a natureza (HUNTER *et al.*, 2005), essas atitudes tornam-se menos consistentes com a prática, até por processos que evitam custos e maximizam benefícios. Por outro lado, os grupos que são fortemente contra a criação de áreas protegidas são também aqueles que manifestam uma marcada identidade regional e sentido de pertença (BONAIUTO, 2002).

Se associarmos isto ao facto de os grupos ambientais serem também aqueles que têm maior participação pública (OWEN *et al.*, 2006) e de as atitudes face ao meio ambiente da população estarem associadas aos seus próprios valores (SCHULTZ, 1999), então poderemos explicitar a hipótese de que a escolha pública nas áreas protegidas carece de ser redefinida, tanto mais que o posicionamento ambiental varia fortemente com as gerações e com as regiões (YAMASHITA, 2002).

## Referências bibliográficas

- ARRIAZA, M., CAÑAS-ORTEGA, J. F., CAÑAS-MADUEÑO, J. A. e RUIZ-AVILES, P. (2004), «Assessing the Visual Quality of Rural Landscapes», in *Landscape and Urban Planning*, Elsevier, vol. 69, Issue 1, 15 de Julho de 2004, pp. 115-125.
- BONAIUTO, Marino, CARRUSA, Giuseppe, MARTORELLA, Helga e BONNESA, Mirilia (2002), «Local Identity Processes and Environmental Attitudes in Land Use Changes: The Case of Natural Protected Areas», in *Journal of Economic Psychology*, Elsevier, vol. 23, Issue 5, Outubro de 2002, pp. 631-653.
- DIAMOND, Jaret (2005), *Collapse, How Societies Choose to Fail or Success*, New York, Viking, 2005.
- FEARNSIDE, Philip M. (2003), «Conservation Policy in Brazilian Amazonia: Understanding the Dilemmas», in *World Development*, vol. 31, Issue 5, Maio de 2003, pp. 757-779.
- HAYES, Tanya M. (2006), *Parks, People, and Forest Protection: An Institutional Assessment of the Effectiveness of Protected Areas*. *World Development*, vol. 34, Issue 12, Dezembro de 2006, pp. 2064-2075.
- HUNTER, Lori M. e TONEY, Michael B. (2005), «Religion and Attitudes toward the Environment: a Comparison of Mormons and the General U.S. Population», in *The Social Science Journal*, vol. 42, Issue 1, 2005, pp. 25-38.
- KOSOY, Nicolas, MARTINEZ-TUNA, Miguel, MURADIAN, Roldan e MARTINEZ-ALIERA, Joan (2005), «Payments for Environmental Services in Watersheds: Insights from a Comparative Study of Three Cases in Central America», in *Ecological Economics*, vol. 61, Issues 2-3, 1 de Março de 2007, pp. 446-455.
- MEADOWS, Donella, MEADOWS, Dennis e RANDERS, Jorden (1992), *Beyond the Limits*, White River, VT, Chelsea Green Publishing Co.
- NIEMELÄ, Jari *et al.* (2005), «Identifying, Managing and Monitoring Conflicts between Forest Biodiversity Conservation and Other Human Interests in Europe», in *Forest Policy and Economics*, Elsevier, vol. 7, Issue 6, Novembro de 2005, pp. 877-890.
- OWEN, Ann L. e VIDERAS, Julio (2006), «Civic Cooperation, Pro-Environment Attitudes, and Behavioral Intentions», in *Ecological Economics*, vol. 58, Issue 4, 1 de Julho de 2006, pp. 814-829.
- PFEFFER, Max J., SCHLELHAS, John W., DEGLORIA, Stephen D. e GOMEZ, Jorge (2005), «Population, Conservation, and Land Use Change in Honduras», in *Agriculture, Ecosystems & Environment*, vol. 110, Issues 1-2, 1 Outubro de 2005, pp. 14-28.
- PINDYCK, Robert S. (2007), «Uncertainty in Environmental Economics», in *Review of Environmental Economics and Policy*, vol. 1, n.º 1, Inverno de 2007, pp. 45-65.
- SCHULTZ, P. WESLEY e LYNNETTE, Zelezny, «Values as Predictors of Environmental Attitudes: Evidence for Consistency Across 14 Countries», in *Journal of Environmental Psychology*, Elsevier, vol. 19, Issue 3, Setembro de 1999, pp. 255-265.
- SIMON, Julian (1981), *The Ultimate Resource*, EUA, Princeton University Press.

TIETENBERG (2003), *Environmental and Natural Resource Economics*, EUA, Pearson Education, Inc.

YAMASHITA, Sampei (2002), «Perception and Evaluation of Water in Landscape: Use of Photo-Projective Method to Compare Child and Adult Residents. Perceptions of a Japanese River Environment», in *Landscape and Urban Planning*, vol. 62, Issue 1, 20 de Dezembro de 2002, pp. 3-17.

## Tema 3

# Os Actores e as Redes do Desenvolvimento Rural

Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues

Desenvolvimento rural envolve desenvolvimento das pessoas e dos sítios. As pessoas incluem os actores e as redes onde eles interagem. Os sítios subentendem o relacionamento com o exterior e com o território. Começando com o relacionamento com o exterior, percebemos que se consubstancia nos fluxos de pessoas, bens e serviços que vão aumentando ou delapidando o capital humano, material e ambiental do espaço rural. Quanto às relações com o território, sabemos que possibilitam a integração entre os vários tipos de capital que influenciam a capacidade de criação e de liberdade do espaço rural. E isso é desenvolvimento rural entendido aqui como o aumento da capacidade de criação e liberdade no espaço rural.

Ao longo destes 10 textos sobre actores e redes do desenvolvimento rural, a análise das relações com o exterior e com o território centram-se nas pessoas. As mulheres, as crianças e a educação (capítulos 12, 21 e 22), os idosos e dependentes da previdência social (capítulos 13 e 20), as redes sociais e as famílias (capítulos 14 e 18) e os imigrantes, quer sejam os profissionais técnicos (capítulos 15 e 19), quer sejam estrangeiros (capítulos 16 e 17).

São estes actores que filtram, acumulam, degradam ou recriam os fluxos que convergem, circulam e divergem do espaço rural. No entanto, os próprios actores também estão sujeitos ao seu ciclo de vida: o tempo em que recebem mais educação e o tempo em que ficam dependentes do Estado e da previdência social, o tempo em que têm mais capacidade para migrar e o tempo em que têm possibilidade de investir, o tempo em que a família se constitui e o tempo em que ela se desagrega e multiplica.

Nesta perspectiva, os capítulos podem ser lidos na procura dos pontos de encontro entre a evolução das famílias no seu território, juntamente com as influências

que o Estado e a Economia vão operando sobre elas. Por exemplo, com a possibilidade de pensionistas que se fixam no espaço rural e a provisão de serviços de educação e de saúde que se instalam e desinstalam; ou com a mudança de actividades agro-silvo-pastoris para actividades ligadas ao turismo e à gestão e à conservação da natureza; ou ainda com as próprias alterações na dinâmica das famílias.

Como dissemos, o desenvolvimento rural entendido na perspectiva dos seus actores e das redes onde se integram tem a ver com a forma como esses actores se relacionam com o exterior e com o território. Várias questões ficam em aberto: será que as mulheres, as crianças e os processos de educação a que estão sujeitos promovem o seu relacionamento com o exterior e com o território? Será que os dependentes da previdência social conseguem manter as relações com o território e ao mesmo tempo sustentar o relacionamento com o exterior? Qual a dinâmica das redes sociais e das famílias nas ligações externas e internas? Qual a capacidade de enraizamento e de manutenção das ligações com o exterior dos imigrantes no mundo rural, nacionais e estrangeiros?

### **Mulheres, crianças e processos de educação em meio rural**

A primeira questão acima explicitada trata de saber se os processos de educação a que estão sujeitas as mulheres e as crianças do meio rural promovem o seu relacionamento profícuo com o exterior e com o território.

O texto de Alberto Baptista e Artur Cristóvão (Capítulo 12) explica o papel crescente da mulher no mundo rural – quer pela emigração dos homens e o fortalecimento da mulher como empresária agrícola, quer pelo aparecimento de novas actividades ligadas ao turismo e à educação – e conclui que a formação orientada estritamente para o emprego apresenta fortes limitações e não responde às necessidades de muitas formandas. Uma conclusão semelhante é alcançada no texto de Maria Manuela Alves (Capítulo 21) resultante do inquérito que faz a populações rurais que foram sujeitas a acções de educação no âmbito do programa do rendimento mínimo. De acordo com a autora, as acções de educação implementadas assentam em concepções redutoras de desenvolvimento que não se adequam à racionalidade dos educandos.

A análise de Francisco Rodrigues de Sousa (Capítulo 22) complementa as abordagens anteriores. Por um lado, aborda a educação de crianças e conclui que a investigação em Portugal sobre educação em meio rural se preocupa mais com a forma como são difundidos os métodos e conteúdos propostos pelo Estado do que com os processos educativos no meio rural. Por outro lado, sugere que, em vez de

estudar populações rurais em ambiente educativo, é necessário perceber o sistema de educação aplicado a alunos mais urbanos ou mais rurais, de forma a identificar os factores de aprendizagem de uns e outros.

Em suma, e face à questão levantada acima, os textos constataam que a educação não promove o relacionamento profícuo entre os alunos e o território, embora tente estimular, aparentemente sem o êxito pretendido, o relacionamento dos alunos com as problemáticas de alfabetização, emprego e competitividade, que têm muito a ver com o relacionamento do mundo rural com o exterior.

Existem duas ópticas distintas de abordagem da efectividade do processo educativo: a óptica do indivíduo e a óptica social (BLUNDELL *et al.*, 2001). No primeiro caso, consideram-se apenas os custos e benefícios para o indivíduo e os resultados apontam normalmente para uma rentabilidade da ordem dos 8% sobre o capital investido (BEDO *et al.*, 2007). A segunda abordagem trata do retorno social (HARMON *et al.*, 2000), que é a perspectiva adoptada pelos três textos aqui introduzidos sobre processos educativos em espaços rurais. Se há efectividade individual do investimento em educação e não é tão clara a efectividade no desenvolvimento dos espaços rurais, então é porque os efeitos da educação se verificaram noutra local, para onde são transferidas as mais-valias da educação através da emigração dos estudantes dos espaços rurais para as cidades; e também porque existem entraves à utilização dos conteúdos educativos ministrados no desenvolvimento das ligações externas e com o território. Como refere Ida Terluin (2003), o desenvolvimento económico é devido à capacidade dos actores locais e a redes de ligações fortes internas e externas.

Os entraves à utilização dos conteúdos educativos no desenvolvimento de ligações externas e internas estão associados, por um lado, aos quadros de referência e valores dos educandos e, por outro lado, à formação das várias formas de capital ao nível local.

PALMER (1980) refere que os quadros de referência das mulheres se criam por factores que vão muito para além do seu envolvimento no trabalho e têm a ver com o emprego e a ocupação, com a satisfação das necessidades básicas e a participação nos processos de decisão, com temas populacionais e com as migrações rurais e urbanas. Reto Soliva (2007) explicita quatro narrativas diferentes no meio rural indiciadoras de quatro conjuntos diferentes de atitudes, interesses e valores ou, dito de outro modo, quatro quadros de referência distintos: 1) a narrativa da vida selvagem, que assume o declínio da economia rural e o avanço das terras abandonadas e da vida selvagem; 2) a narrativa modernista, que acredita no progresso tecnológico contínuo e no apoio externo; 3) a narrativa da subsistência, que aposta no agricultor autónomo capaz de produzir o seu próprio sustento; e 4) a narrativa do desenvolvi-

mento endógeno, que prefere a adaptação e a inovação tecnológica pelos agentes locais. É natural que apenas as atitudes, os valores e os interesses subjacentes à narrativa modernista sejam passíveis de complementar as acções educativas *top-down* que são usualmente implementadas no espaço rural português.

No que diz respeito à formação de várias formas de capital no espaço rural e à sua forte associação com o estabelecimento de redes internas e externas, vale a pena citar o trabalho de BEBBINGTON *et al.* (2006) onde se argumenta que a distribuição dos activos de capital e os processos de formação do governo e dos negócios têm um peso muito importante na dinâmica económica e do espaço rural. Mas a formação das redes internas e externas que influenciam o desenvolvimento rural e a integração dos processos educativos está fortemente associada às migrações. Curiosamente são as migrações os grandes factores de perturbação e dinamização do espaço rural, a ponto de STOCKDALE (2005) afirmar que as migrações são um pré-requisito para a regeneração das economias rurais.

### **Idosos e dependentes**

Neste ponto, a questão é saber se os dependentes da previdência social conseguem manter ao mesmo tempo as relações com o território e o relacionamento com o exterior.

António Fonseca, Constança Paúl, Ignacio Martín e João Amado apresentam uma análise da condição psicológica dos idosos na Aldeia do Bispo no Concelho do Sabugal (Capítulo 13) e os resultados não são muito animadores, pois, segundo os autores, a população está resignada à sua condição e apoia-se nas redes formais e informais de solidariedade social para manter uma qualidade de vida relativamente baixa. Na busca de uma resposta à pergunta acima explicitada, parece claro que os idosos conseguem manter as relações com o território e com o exterior apenas naquilo que respeita às redes de solidariedade e apoio social internas e externas.

Seita Coelho faz uma análise comparativa das dinâmicas socioculturais entre duas aldeias de uma mesma freguesia algarvia: Tôr e Querença (Capítulo 20) e, embora aborde vários aspectos desta dinâmica, é bem patente a dependência destes locais relativamente ao Estado-Providência. Também neste caso são poucas as relações com o território, não só porque esse mesmo território é propriedade de agentes exteriores ao espaço rural, mas também porque o sistema de apoio do Estado-Providência não tem nenhum factor territorializante.

Segundo estes dois textos, não parece haver muito a esperar em termos de desenvolvimento rural dos sistemas de apoio aos idosos no espaço rural. Trata-se, assim parece, de um mecanismo para atenuar os efeitos do despovoamento brusco criado pela perda de produtividade do espaço rural, mais do que de um sistema de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Uma visão um pouco diferente têm SCOTT *et al.* (2000), que se afastam da perspectiva de que o desenvolvimento rural sustentável tem de estar ligado ao sector agrícola e à competitividade das explorações, para abordarem com mais pormenor o desempenho das instituições formais e informais de solidariedade social ao nível rural que é, afinal de contas, o que preocupa as sociedades rurais mais envelhecidas. De facto, é essa abordagem que se tem adoptado em comunidades rurais afectadas por doenças como a malária em África (OPIYO *et al.*, 2007), onde o problema objecto de política e de participação é aquele que preocupa as populações rurais – a malária em África ou as mazelas associadas à velhice nas aldeias portuguesas – e não um qualquer modelo de desenvolvimento rural associado ao uso do solo que se quer implementar reconstruindo o desenvolvimento futuro com base em imagens do passado. Uma prova da abordagem desajustada de algumas políticas de desenvolvimento rural para comunidades envelhecidas é-nos dada pela África do Sul, onde a doação de terras agrícolas longe da residência de comunidades rurais fortemente dependentes do apoio público não promoveu a ocupação dessas terras e o desenvolvimento, sendo melhor doar terras junto das comunidades estabelecidas ou acesso a emprego remunerado (BRADSTOCK, 2006).

### **Famílias e redes sociais**

A terceira questão levantada acima tenta perscrutar a interacção entre as redes sociais e familiares nas ligações externas e internas do espaço rural. Há dois textos enquadráveis nesta problemática.

O texto de Artur Cristóvão e Timothy Koehnén analisa o Programa Nacional Rede Social criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que pretendia mobilizar um vasto conjunto de actores, a nível local, para a acção social de combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social. A análise incide sobre duas redes sociais de municípios rurais de Trás-os-Montes, Macedo de Cavaleiros e Vinhais. Com base em inquéritos realizados aos agentes locais, os autores concluem que as concepções,

motivações, expectativas e avaliações são muito diversificadas, embora o diagnóstico do desempenho coincida com a indicação de falta de capacidade de planeamento e com a dificuldade de juntar meios humanos e financeiros. A interpretação dos autores é que o poder local está pouco mobilizado para fomentar as redes sociais que visam combater as situações de pobreza e exclusão.

O trabalho de Maria da Graça Madureira sobre a dinâmica das agriculturas familiares procura perceber como se articulam e podem ser explicadas as distintas estratégias familiares e como estas se relacionam com os ciclos de vida das famílias. A aplicação de um inquérito simplificado e de um inquérito estruturado, por entrevista, permitiu fundamentar as seguintes conclusões: o trabalho reforça a ideia de que a estratégia familiar – de emigrar e de retornar – depende da relação que tem com a terra, das ligações que foi estabelecendo com a educação dos filhos, das ligações com o trabalho não agrícola e do sistema de segurança social.

Tendo em atenção a questão levantada, parece claro que as redes sociais estimuladas directamente pela intervenção pública são difíceis de implementar e sustentar. Pelo contrário, as redes familiares têm estratégias de criação e manutenção cujos factores são fáceis de identificar, sendo que alguns desses factores são influenciáveis pelas acções do Estado como o emprego não agrícola, o apoio à educação, os direitos de propriedade da terra, a política agrícola e os sistemas de segurança social.

De notar que todos estes factores interagem entre si, tornando o sistema bastante mais complexo. O retorno de familiares aos locais de origem redefine de forma significativa esses mesmos locais (LAOIRE, 2007) em termos de emprego, educação, estatuto de propriedade, políticas e inserção no sistema de segurança social. Estas transformações influenciam a sustentabilidade das famílias nos sítios rurais, alterando a sua ligação à posse da terra e da propriedade (JOHNSON, 2004), alteração essa que também é estimulada pelos processos de heranças sucessivas (BURTON e WALFORD, 2005) e varia com diferentes dimensões familiares (VANHAUTE, 2004). Tudo isto com um esteio de marca social que demora a desaparecer, mesmo quando as famílias migram (MANFREDINI, 2003) e retornam.

### **Imigrantes no espaço rural**

Qual a capacidade de enraizamento e de manutenção das ligações com o exterior dos imigrantes no mundo rural, nacionais e estrangeiros? Enquadrados por esta pergunta, temos quatro textos.

No primeiro deste grupo de textos, Maria Antónia Pires de Almeida fala-nos dos novos desafios do espaço rural (Capítulo 15), reportando as alterações radicais do mundo rural do Alentejo provocadas pelo abandono da agricultura como actividade principal do espaço rural e pela sua substituição por outras actividades de apoio ao lazer. De acordo com a narrativa da autora, estes processos foram acelerados e mudados pela sequência temporal de intervenções políticas como a reforma e a contra-reforma agrária, a Política Agrícola Comum e as suas alterações, o melhoramento dos serviços de educação que afastaram os jovens do mundo rural e a melhoria das acessibilidades que aproximaram os urbanos desse mesmo mundo. Neste novo sistema, a ligação dos novos imigrantes sazonais às actividades rurais tradicionais é diminuta, mas aparecem e reforçam-se novas actividades ligadas ao lazer.

Num outro texto sobre imigrantes no mundo rural, Maria Dolores Llovera e Alcinda Cabral analisam a imigração marroquina associada à venda ambulante (Capítulo 16). De acordo com as autoras, o objectivo do imigrante é juntar a quantidade de dinheiro que considera suficiente para regressar ao seu país de origem e aí se estabelecer com um café, restaurante ou loja, na maior parte dos casos. Por isso adopta ligações de trabalho com o meio para onde migrou e relações internas com os da sua etnia que também imigraram. Desta observação conclui-se que a capacidade de enraizamento é muito condicionada, exactamente porque os objectivos das pessoas estão em manter as ligações com as regiões de onde vieram.

O trabalho de Maria Luísa Francisco é sobre eco-emigração na Serra de Monchique (Capítulo 17). O estudo baseia-se em entrevistas feitas a 10% dos 260 estrangeiros residentes no concelho de Monchique e constata que o processo de integração e assimilação da imigração ecológica não encontrou obstáculos significativos. Em suma, parece existir uma integração forte no território a ponto de esse território poder vir a ser alterado profundamente, ao mesmo tempo que se mantém uma ligação externa fortalecida pela atractividade turística da região.

O quarto trabalho, de José Francisco da Veiga (Capítulo 19), desenvolve a questão dos novos actores do desenvolvimento rural olhando para evolução do Alentejo ao longo da segunda metade do século XX. O trabalho do Capítulo 19 completa e complementa o texto apresentado no Capítulo 15, pois, enquanto que o deste último descreve a realidade e procura as causas que a influenciaram, o texto sobre os novos actores defende que o modelo de desenvolvimento rural a adoptar no Alentejo não pode ser um modelo apenas baseado na multifuncionalidade da agricultura, mas terá de ser um modelo integrado que inclua todas as actividades económicas, a agricultura, a indústria e os serviços. Ao fim e ao cabo, defende uma

integração dinâmica das pessoas no território e no exterior, uma vez que esse território apresenta alterações bastante rápidas e marcantes.

Uma busca de textos da literatura sobre imigrantes em espaço rural revela que os fenômenos de imigração para o espaço rural encontrados em Portugal também ocorrem noutros espaços rurais, levantando questões e indiciando respostas semelhantes. Tal como no Alentejo, também na Finlândia os jovens ligados ao espaço rural se preparam para estratégias de mobilidade no território, embora as mulheres tenham mais tendência a movimentar-se para os grandes centros do que os homens (TOIVO e RUSANEN, 2003). Um outro texto curioso, de Marcelo Borges (2003), reporta comportamentos na criação de elos internos dentro da comunidade de emigrantes portugueses na Argentina, que são semelhantes aos que se verificam com a comunidade marroquina imigrada em Portugal referidos por Maria Dolores Llovera e Alcinda Cabral no Capítulo 16. O que é reportado na análise de outros casos de forte imigração em espaços rurais é que as relações evoluem do conflito para a convergência (MEIJERING *et al.*, 2007), mudando também as imagens antigas de aldeias mineiras (HOGGART, 2007) ou de aldeias fortemente ligadas à agricultura de subsistência. Com esta grande mutação nas comunidades rurais causada pela imigração caem um pouco por terra as abordagens participativas de desenvolvimento quando os participantes estão em constante mudança. De acordo com BENEDIKT *et al.* (2006), mais vale olhar para as capacidades do território local para desenhar estratégias de desenvolvimento. Em suma, os sítios acabam por integrar as pessoas que neles optam por residir, e ao longo desse processo de integração dá-se uma redução das ligações externas dos imigrantes, o que implica um aumento das ligações internas.

### Referências bibliográficas

- BEBBINGTON, Anthony, DHARMAWAN, Leni, FAHMI, Erwin e GUGGENHEIM, Scott (2006), «Local Capacity, Village Governance, and the Political Economy of Rural Development in Indonesia», in *World Development*, Volume 34, Issue 11, Novembro de 2006, pp. 1958-1976.
- BEDO, David, VIEIRA, José C. e DENTINHO, Tomaz (2007), «A Rendibilidade da Educação: Aspectos Teóricos e Metodologias. Contextualização da Região Autónoma dos Açores», in *Actas do 13.º Congresso da APDR*, Angra do Heroísmo, 5-7 de Julho de 2007, APDR.
- BLUNDELL, R., DEARDEN, L. e SIANESI, B. (2001), «Estimating the Returns to Education: Models, Methods and Results», University College London e Institute for Fiscal Studies.

- BORGES, Marcelo J. (2003), «Network Migration, Marriage Patterns, and Adaptation in Rural Portugal and among Portuguese Immigrants in Argentina, 1870-1980», in *The History of the Family*, Volume 8, Issue 3, 2003, pp. 445-479.
- BRADSTOCK, Alastair (2006), «Land Reform and Livelihoods in South Africa's Northern Cape Province», in *Land Use Policy*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2006, pp. 247-259.
- BURTON, Rob J. F. e WALFORD, Nigel (2005), «Multiple Succession and Land Division on Family Farms in the South East of England: A Counterbalance to Agricultural Concentration?», in *Journal of Rural Studies*, Volume 21, Issue 3, Julho de 2005, pp. 335-347.
- HARMON, C., OOSTERBEECK, H. e WALKER, I. (2000), «The Returns to Education. A Review of Evidence, Issues and Deficiencies in the Literature», Centre for the Economics of Education, London School of Economics and Political Science.
- HOGGART, Keith (2007), «The Diluted Working Classes of Rural England and Wales», in *Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2007, pp. 305-317.
- KORF, Benedikt e OUGHTON, Elizabeth (2005), «Rethinking the European Countryside – Can We Learn from the South?», in *Journal of Rural Studies*, Volume 22, Issue 3, Julho de 2006, pp. 278-289.
- LAOIRE, Caitríona Ní (2007), «The “Green Green Grass of Home”? Return Migration to Rural Ireland», in *Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2007, pp. 332-344.
- JOHNSEN, Sarah (2004), «The Redefinition of Family Farming: Agricultural Restructuring and Farm Adjustment in Waihemo, New Zealand», in *Journal of Rural Studies*, Volume 20, Issue 4, Outubro de 2004, pp. 419-432.
- MANFREDINI, Matteo (2003), «Families in Motion: the Role and Characteristics of Household Migration in a 19th-Century Rural Italian Parish», *The History of the Family*, Volume 8, Issue 2, 2003, pp. 317-343.
- MEIJERING, Louise, VAN HOVEN, Bettina e HUIGEN, Paulus (2007), «Constructing Ruralities: The Case of the Hobbitstee», in *Netherlands Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2007, pp. 357-366.
- OPIYO, Pamela, MUKABANA, W. Richard, KICHE, Ibrahim, MATHENGE, Evan, KILLEEN, Gerry F. e FILLINGER, Ulrike (2007), «An Exploratory Study of Community Factors Relevant for Participatory Malaria Control on Rusinga Island, Western Kenya», in *Malaria Journal*, 2007, 6, 48.
- PALMER, I (1980), «Women in Rural Development. International Development Review», 22 (2-3), Janeiro de 1980, pp. 39-45.
- SCOTT, Kathryn, PARK, Julie e COCKLIN, Chris (2000), «From “Sustainable Rural Communities” to “Social Sustainability”: Giving Voice to Diversity in Mangakahia Valley, New Zealand», in *Journal of Rural Studies*, Volume 16, Issue 4, Outubro de 2000, pp. 433-446.
- SOLIVA, Reto (2007), «Landscape Stories: Using Ideal Type Narratives as a Heuristic Device in Rural Studies», in *Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 1, Janeiro de 2007, pp. 62-74.
- STOCKDALE, Aileen (2005), «Migration: Pre-Requisite for Rural Economic Regeneration?», in *Journal of Rural Studies*, Volume 22, Issue 3, Julho de 2006, pp. 354-366.

- TERLUIN, Ida J. (2003), «Differences in Economic Development in Rural Regions of Advanced Countries: an Overview and Critical Analysis of Theories», in *Journal of Rural Studies*, Volume 19, Issue 3, Julho de 2003, pp. 327-344.
- TOIVO, Mui e RUSANEN, Jarmo (2003), «Rural Young People in Regional Development – the Case of Finland in 1970-2000», in *Journal of Rural Studies*, Volume 19, Issue 3, Julho de 2003, pp. 295-307.
- VANHAUTE, Eric (2004), «Structure and Strategy. Two Rural Communities in the Kempen Region of Belgium, 1850-1910», in *The History of the Family*, Volume 9, Issue 2, 2004, pp. 193-220.

## Índice

Introdução .....	5
<b>Tema 1 – Periferias e reestruturação agrícola .....</b>	<b>7</b>
1. Tipicidade, especificidade e qualidade dos produtos agro-alimentares tradicionais: o caso dos produtos DOP/IGP de Trás-os-Montes .....	17
<i>Luís Tibério e Artur Cristóvão</i>	
2. O sector agro-alimentar no distrito de Castelo Branco: realizações, potencialidades e estrangulamentos das empresas no sector .....	47
<i>Anabela Dinis</i>	
3. Tendências recentes na agricultura de Arcos de Valdevez: declínio geral e sinais de resistência nos bovinos de carne .....	73
<i>Isabel Silva e António Fragata</i>	
4. Os lameiros e a sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuários de montanha em Trás-os-Montes .....	91
<i>José Vieira, Adelaide Fernandes, Adelino Bernardo, Vítor Martins e Nuno Moreira</i>	
5. Hábitos de consumo e conhecimento dos consumidores sobre o azeite .....	105
<i>Jorge Rocha, Fernando Pereira e Luísa Carqueja</i>	
6. As relações da ruralidade periférica com a investigação agrária e o desenvolvimento tecnológico .....	127
<i>Pedro Silva Reis e Manuela Berjano</i>	

<b>Tema 2. Amenidades ambientais e desenvolvimento rural</b> .....	145
7. A periferia das periferias – áreas protegidas em espaços rurais .....	151
<i>Elisabete Figueiredo</i>	
8. Montanha e baldios: da florestação ao PNPG num estudo de caso, a Gavieira .....	173
<i>Laura Larcher Graça e Sara C. M. Simões</i>	
9. Metodologia para avaliar as atitudes face ao ambiente .....	189
<i>Rosalina Gabriel e Emília Silva</i>	
10. Percepções e significados dos espaços de montanha: da desarticulação produtiva à revalorização eco-cultural .....	209
<i>Gonçalo José Poeta Fernandes</i>	
11. Memória e agência no Alentejo – percepções da paisagem numa aldeia mertolenga .....	221
<i>Júlia Carolino</i>	
<b>Tema 3. Os actores e as redes do desenvolvimento rural</b> .....	231
12. Mulheres, formação e desenvolvimento rural no Centro e no Norte interiores de Portugal .....	241
<i>Alberto Baptista e Artur Cristóvão</i>	
13. Condição psicológica de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal: um estudo de caso .....	259
<i>António M. Fonseca, Constança Paúl, Ignácio Martín e João Amado</i>	
14. Construção de Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento em Municípios Rurais: casos de Trás-os-Montes .....	269
<i>Artur Cristóvão e Timothy Koebnen</i>	
15. O mundo rural e os novos desafios .....	295
<i>Maria Antónia Pires de Almeida</i>	

16. Migrações e modos de vida: a imigração marroquina na venda ambulante .....	319
<i>M. Dolores Vargas Llovera e Alcinda Cabral</i>	
17. A ecoimigração: uma dinâmica migratória para espaço rural .....	333
<i>Maria Luísa Francisco</i>	
18. Dinâmicas das agriculturas familiares .....	343
<i>Maria da Graça Ferreira Bento Madureira</i>	
19. Que actores para o desenvolvimento rural? .....	351
<i>José Francisco F. da Veiga</i>	
20. Dinâmicas socioeconómicas dos espaços rurais em Portugal. Entre o mar e a serra: Tôr, uma aldeia do Barrocal .....	363
<i>Inocêncio Seita Coelho</i>	
21. O papel da escola no processo de inserção .....	379
<i>Maria Manuela Afonso Lourenço Alves</i>	
22. Educação, ruralidade, periferia e identidade: notas para uma abordagem performativa .....	399
<i>Francisco Rodrigues Sousa</i>	
Lista de autores .....	417
Índice .....	421



Este livro reúne as actas do II Congresso de Estudos Rurais, realizado em Angra do Heroísmo, dando sequência ao bem sucedido primeiro congresso que teve lugar em Vila Real. O seu principal intuito é fomentar um fórum alargado de reflexão em torno dos estudos rurais e cruzar múltiplos olhares sobre uma área em profunda mutação.

Espaço de participação multidisciplinar onde intervêm investigadores e profissionais das mais diversas formações científicas e origens geográficas, esta obra é fruto de investigações académicas documentadas em aturados trabalhos de campo. Os diversos autores conduzem o leitor pelas veredas das periferias e da reestruturação agrícola, levam-no, em seguida, à descoberta das problemáticas relativas às amenidades ambientais e ao desenvolvimento rural, até desembocar, por fim, na exploração de questões referentes aos actores e às redes do desenvolvimento rural.

*Periferias e Espaços Rurais* constitui um importante veículo de divulgação de estudos actuais para especialistas das áreas da agronomia, da geografia, da economia e da antropologia, mas também uma excelente forma de satisfazer a curiosidade do público que se interessa pelas temáticas do desenvolvimento rural e da sustentabilidade.

[www.principia.pt](http://www.principia.pt)

ISBN 978-972-8818-99-9



9789728818999